



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE TEOLOGIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
CURSO DE PSICOLOGIA

Júlia Sena Pederneiras

**SER OU NÃO SER MÃE?
A RELAÇÃO DA MULHER COM A MATERNIDADE NO MUNDO
CONTEMPORÂNEO SOB A PERSEPECTIVA DA PSICOLOGIA ANALÍTICA**

**Rio de Janeiro
2025**

JÚLIA SENA PEDERNEIRAS

SER OU NÃO SER MÃE?

**A RELAÇÃO DA MULHER COM A MATERNIDADE NO MUNDO
CONTEMPORÂNEO SOB A PERSEPECTIVA DA PSICOLOGIA ANALÍTICA**

Monografia apresentada ao Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em psicologia.

Orientador: Henrique de Carvalho Pereira

Rio de Janeiro
2025

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha família, em especial meu pai, Fausto e minha mãe, Adelaide, por toda a educação, cuidado, apoio e investimento dados a mim e ao meu irmão. Obrigada por acreditarem em mim, respeitarem as minhas decisões e sempre me darem colo quando preciso. Vocês são os melhores do mundo.

Às minhas grandes amigas da faculdade e colegas de profissão Luíza Neves, Marina Couto, Isabelle Dias, Flora Paulo, Isabella Gorini e Carolina Poubel. Sem vocês não sei o que seria de mim nesses cinco anos de graduação. Foram as melhores companhias que eu poderia ter. Que sigamos juntas na nossa caminhada como psicólogas.

Às minhas amigas da escola e da vida, Vitória Helena, Thaís Lamonica e Gisele Figueiredo. Sou muito feliz em ter chegado até aqui com vocês ao meu lado, cada uma com sua graduação e seus diferentes desafios. Mesmo que não façam mais parte da minha rotina diária, quando conversamos e nos encontramos percebo que nada mudou. Que continuemos nos apoiando e nos respeitando durante nossas jornadas.

Ao meu namorado Bruno, que esteve comigo durante esse ano desafiador, me apoiando e tendo toda a paciência. Obrigada por me ouvir, por me respeitar e por ser o melhor parceiro que eu poderia ter.

Por último, mas não menos importante, agradeço ao meu orientador e supervisor, Henrique. Obrigada por tantos ensinamentos e por seguir mostrando a mim e tantos alunos o incrível mundo da psicologia junguiana. Também gostaria de agradecer especialmente ao LEFAC, o grupo de pesquisa que foi uma família para mim durante três anos. Aprendi muito e conheci tantas pessoas incríveis e que jamais irei esquecer. Obrigada Terezinha, Rebeca e em especial, Andrea, por terem me dado essa oportunidade e por serem inspiração. Três mulheres incríveis que além de professoras se mostram em diversos momentos grandes amigas.

RESUMO

Esta monografia investiga a relação da mulher com a maternidade no mundo contemporâneo por meio de uma pesquisa bibliográfica. A psicologia junguiana é abordada, em especial os conceitos de arquétipo materno e processo de individuação, com o objetivo de compreender como essas referências clínicas podem contribuir para a reflexão sobre a experiência materna. O trabalho discute as transformações históricas do papel da mulher na sociedade e as mudanças subjetivas implicadas pelo exercício da maternidade, buscando ampliar e questionar a noção de instinto materno e a atual dúvida sobre ser ou não mãe. Desejou-se, também, entender de que maneira a maternidade pode influenciar o processo de individuação e impactar a saúde psíquica da mulher.

Palavras-chave: maternidade, psicologia junguiana, arquétipo materno, processo de individuação, cultura, papéis sociais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO 1 – SER OU NÃO SER MÃE	9
1.1 TRANSFORMAÇÕES DO PAPEL DA MULHER NA SOCIEDADE	9
1.2 AMOR MATERNO: INSTINTO OU CONSTRUÇÃO?	11
1.3 INFLUÊNCIA CULTURAL E TRANSMISSÃO GERACIONAL	13
CAPÍTULO 2 – A PSICOLOGIA ANALÍTICA DE CARL GUSTAV JUNG	17
2.1 JUNG E A PSIQUE	17
2.2 ARQUÉTIPO MATERNO	19
CAPÍTULO 3 – A EXPERIÊNCIA MATERNA NA PSIQUE FEMININA	22
3.1 EFEITOS DA MATERNIDADE NA SAÚDE PSÍQUICA DA MULHER	22
3.2 MATERNIDADE E PROCESSO DE INDIVIDUAÇÃO	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
REFERÊNCIAS	28

INTRODUÇÃO

É comum que a maternidade seja um tipo de cobrança da sociedade para as mulheres, sendo vista como um destino natural e parte essencial da identidade feminina, uma confirmação da feminilidade da mulher (Patias & Buaes, 2012). No mundo contemporâneo, muitas mulheres sofrem um conflito por sentirem que precisam ceder um cuidado integral ao filho e, ao mesmo tempo, desejarem uma vida profissional promissora. Em virtude disso, pode surgir o sentimento de culpa, por muitas vezes não haver o desejo em maternar, ou um luto por, ao se tornarem mães, terem que talvez abdicar de sua vida pessoal e profissional para cuidar de uma criança (Bernardes, Loures & Andrade, 2020).

Yuval Harari (2015), em seu livro *Sapiens: uma breve história da humanidade*, aborda em determinando momento a questão de gênero. Ele observou como nos séculos passados o sexo feminino tinha a maternagem como o seu papel principal na sociedade, sendo-lhe vedado diversos direitos. Conforme Harari (2015): “Gerar uma criança sempre foi trabalho das mulheres, porque os homens não têm útero” (p. 153). O autor não nega as diferenças biológicas entre os sexos, mas observa como as representações culturais estabelecem crenças, ditando o que seria natural ou não, mesmo não tendo nenhuma base científica. Um exemplo disso são as diversas características atribuídas a homens e mulheres que determinam os papéis de gênero. Harari cita um princípio básico que diz “a biologia permite, a cultura proíbe” (p.155). Ele cita como exemplo o fato de que a biologia permite que as mulheres tenham filhos, mas algumas culturas tornam isso uma espécie de obrigação, por ser algo “natural” do sexo feminino. Desta forma, os mitos culturais determinariam papéis sociais e até mesmo ações, pensamentos e gostos de cada um, definindo, por exemplo, “coisas de menino” e “coisas de menina”, algo que também tem sido discutido e desmistificado na contemporaneidade.

Nos séculos passados, mulheres não poderiam ser líderes políticos ou ter direito a uma boa educação, com raras exceções. Tais normas foram sendo modificadas durante o tempo, visto que nos dias de hoje as mulheres podem votar e ocupar o cargo que quiserem. Mas não podemos negar que as diferenças de gênero ainda existem, dado que se observa que, em média, as mulheres ainda ganham menos que os homens, mesmo ocupando o mesmo cargo que eles e possuindo níveis de escolaridade superiores (Jusbrasil, 2022).

Hoje, as mulheres sofrem com uma jornada dupla de trabalho por conta da maternidade (Case & Botelho, 2001). Elas optam, muitas vezes, em não terem filhos ou até mesmo adiam este anseio, pois a licença maternidade pode ser um fator determinante para a não contratação de mulheres ou para a sua demissão (Jusbrasil, 2022). De acordo com Szekeres (2023), a maternidade ainda é vista como um trabalho essencial da mulher, e que aquelas que escolhem não ser mães sofrem reações negativas da sociedade. Desta forma, é importante que entendamos como o meio social influencia na decisão das mulheres em se tornarem ou não mães.

Ainda, é importante entender como a maternidade é vivenciada pelas mulheres de formas diferentes. É necessária uma elaboração da mulher para que ela consiga se remodelar como uma mulher que também é mãe. De acordo com o analista junguiano Erich Neumann (1996), ao se tornar mãe, a mulher se remodela psiquicamente de forma profunda, sendo convocada a integrar essas novas dimensões de si mesma, aspecto essencial do que Jung chama de processo de individuação.

A partir disso, o presente estudo tem como interesse entender como se dá a relação da mulher com a maternidade no mundo contemporâneo. Busca-se compreender e refletir sobre os impactos que os ideais sobre a maternidade como um papel primordial do gênero feminino impactam a saúde psíquica da mulher, sendo assim um tema relevante para o campo da psicologia. Além disso, pretende-se realizar uma busca histórica acerca desse tema com o intuito de entender como esses estigmas referentes à maternidade foram formados, o contexto em que estão inseridos e como eles são transmitidos.

A partir da abordagem da Psicologia Analítica, será possível uma discussão mais aprofundada sobre o assunto. C.G. Jung traz em sua teoria um estudo que traz a influência da cultura e das vivências familiares na formação da psique de cada um de nós, trazendo uma leitura que comprehende os mitos como advindos de raízes psíquicas profundas. Em sua obra, Jung irá mapear as predisposições inatas, nomeadas como arquétipos, e os padrões de comportamento que são passados entre as gerações e filtrados pela cultura, organizando-os e diferenciando-os. Entende-se que por mais que haja padrões estabelecidos, a cultura e o tempo têm a capacidade em moldar as experiências humanas. Nesse trabalho iremos dar ênfase às experiências ligadas ao sexo, em especial, o feminino.

Há, portanto, o desejo em relacionar os conceitos psíquicos propostos por Jung com os paradigmas relacionados ao papel social da mulher, problematizando a maternidade como um destino irrefutável.

Desta forma, esse estudo tem sua importância para a prática clínica, visto que pode levar os psicólogos a terem uma perspectiva ampliada do tema, e o abordarem de forma mais sensível. A escolha dele vem de um interesse pessoal na área da saúde da mulher e no estudo sobre o papel social do gênero feminino, além da busca por um conhecimento mais profundo sobre este tema nas diferentes culturas e nos diferentes períodos históricos.

A discussão desse assunto pode trazer um entendimento geral e significativo das consequências das normas construídas socialmente e impostas às mulheres durante os anos. Com isso, pretende-se que haja essa compreensão, para que assim, cada uma de nós se sinta mais confiante para sermos quem de fato desejamos e somos.

CAPÍTULO 1 – SER OU NÃO SER MÃE

1.1 Transformações do papel da mulher na sociedade

No século XX, período em que a Primeira Guerra (1914-1918) e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) irromperam, houve uma grande mudança no papel das mulheres na sociedade. Enquanto os seus maridos iam para as frentes de batalhas, onde muitos foram mortos ou voltaram debilitados de alguma forma, as mulheres tiveram que ocupar seus lugares no mercado de trabalho. Desta forma, com o passar do tempo, elas conseguiram se estabelecer cada vez mais nesse meio, ocupando espaços que antes eram restritos ao sexo masculino, provocando uma grande transformação na sociedade como um todo. Passam a ser criadas não apenas para casar-se e cuidar dos filhos e da casa, mas para assumir uma posição dentro do mercado. (Muniz et al., 2015).

Na Revolução Industrial, período histórico que começou na Inglaterra do século XVIII, a mão de obra feminina era, muitas vezes, preferível, pois estas aceitavam um salário mais baixo, aumentando o lucro para os empresários. Portanto, na realidade, a inserção das mulheres no mercado de trabalho representou uma resposta às demandas do capitalismo, com elas sendo exploradas ao receberem os menores salários e tendo baixas condições de emprego. (Muniz, et al., 2015). Posteriormente, ainda foram enfrentados preconceitos, havendo ocupações mais específicas disponíveis às mulheres, consideradas mais femininas e que não exigiam uma força bruta, como professora ou secretária, além da necessidade de uma autorização do marido para trabalhar fora de casa (Muniz, et al., 2015).

Foi ao longo do século XX que começaram a de fato emergirem mudanças quanto à desigualdade de gênero no meio laboral. As mulheres começaram a ocupar outros tipos de cargos e a ascensão dos movimentos sociais feministas trouxe discussões de diversos temas sociais de gênero, como o controle de fecundidade (Dias, et al., 2023). Autoras como Simone de Beauvoir e Elisabeth Badinter, ajudaram a disseminar a ideia do instinto materno como uma construção social que determina o papel das mulheres e reforça a desigualdade de gênero.

O final do século XIX é o marco da primeira onda do movimento feminista, em que, a partir da Revolução Francesa, mulheres passam a pensar e falar sobre a reivindicação dos seus direitos. Isso foi ganhando força ao longo das gerações, chegando à ascensão dos movimentos sufragistas nos Estados Unidos e na Inglaterra, no início do século XX. Nesse período, além de princípios

trabalhistas, as mulheres começaram a reivindicar direitos políticos, como o voto e a participação ativa na política (De Siqueira e De Azevedo Bussinger, 2020) No Brasil, Bertha Luz teria sido a pioneira desse movimento, fundando A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que lutou pela igualdade de gênero no mercado de trabalho e pela possibilidade das mulheres se expandirem nesse meio. Nas décadas de 60 e 70, as pautas feministas foram ampliadas, incluindo o desejo à obtenção da pílula anticoncepcional e a legalização do aborto que, por conseguinte, seriam elementos centrais para a livre escolha da maternidade e da vida sexual. (Scavone, 2001).

Dizer sim ou não para a construção de uma família e escolher o caminho que mais condiz com as suas vontades e perspectivas de vida, surge gradativamente como algo mais concreto e possível. Contudo, mesmo com tantas transformações e conquistas, permanecem cobranças e expectativas sociais para que elas sejam mães e construam uma família. Albertuni & Stengel (2016) apontam como isso pode causar sofrimento e angústia para a mulher, especialmente quando estas optam por outros projetos de vida. Para Barbosa e Rocha-Coutinho (2007) o “ser mãe” ainda é visto por parte da sociedade como diretamente relacionado à identidade feminina, ao sentimento de completude para a mulher.

Scavone (2001), em uma análise feita sob uma perspectiva sociológica, fala sobre a maternidade como uma escolha marcada por aspectos estruturais, pois o que aparece como decisão individual das mulheres está relacionado com dinâmicas sociais, econômicas e culturais. Em resumo, Scavone (2001) evidencia que a escolha por ser ou não mãe está em um contexto de tensão entre discursos de liberdade de escolha e uma realidade que limita, tendo em vista as desigualdades sociais e a sobrecarga por conta dos múltiplos papéis que a mulher exerce para além do maternar.

Há uma contradição social nos discursos sobre o papel da mulher na contemporaneidade. Por um lado, ela é frequentemente criticada por alguns discursos mais moralizantes quando recorre à terceirização do cuidado com os filhos para conseguir manter sua carreira profissional ativa após a gestação. Por outro, no próprio ambiente de trabalho, enfrenta julgamentos caso apresente uma queda de produtividade em função do acúmulo de responsabilidades que a maternidade implica. Paralelo a isso, observa-se um movimento crescente de casais que optam por adiar ou, simplesmente, não ter filhos, priorizando estudos, projetos pessoais e estabilidade financeira. Esse movimento também desafia expectativas tradicionais sobre o que se considera o “ciclo natural da

vida". Assim, independente do caminho escolhido, a mulher permanece atravessada por expectativas que dificultam sua autonomia.

Diante dessas transformações históricas, a mulher passa a ocupar novos espaços e a vivenciar múltiplos papéis, indo além de construções culturais que foram reforçadas ao longo do tempo e da história. No entanto, há o desafio em elaborar essas diversas possibilidades e ainda lidar com os estigmas que seguem existindo no meio em que vivemos.

1.2 Amor materno: instinto ou construção?

O conceito de instinto materno foi e ainda é comumente questionado. Durante muito tempo esse conceito foi entendido pela sociedade como uma tendência inata da mulher para cuidar, acolher e proteger a prole. Alguns autores contestam essa ideia ao discutirem se o amor maternal não seria uma construção, algo desenvolvido a partir de diversos fatores.

Para Elisabeth Badinter, filósofa francesa conhecida por seus escritos feministas, a mulher seria, em grande parte, colocada pela sociedade moderna em um papel de cuidado e de reprodução, principalmente, por conta da sua natureza biológica (Badinter, 1985). Haveria, então, um determinismo biológico e social que, dentre vários aspectos, relacionaria a feminilidade com o “ser mãe”. O “cuidar” seria algo socialmente, culturalmente e historicamente ligado ao feminino e, até mesmo, uma justificativa para manter a mulher no ambiente doméstico.

Sob a ótica da psicanálise e da psicologia do desenvolvimento, o pediatra e psicanalista britânico Donald Winnicott teve a maternidade e a relação mãe-bebê como princípios dos seus estudos. Ele valoriza o *ambiente suficientemente bom* como suporte no processo de maturação do bebê e descreve os conceitos de *mãe suficientemente boa* e *preocupação materna primária* como a mãe que satisfaz as necessidades do bebê e proporciona esse ambiente acolhedor e seguro para que ele consiga se desenvolver de forma satisfatória (Winnicott, 2000). Winnicott fala sobre o processo de desenvolvimento do bebê e do *self*¹ como algo que não depende apenas da figura materna, mas do ambiente como um todo, considerando a importância do apoio emocional e da interação com a mãe e outras figuras significativas. (Winnicott, 1999).

¹ O conceito de self em Winnicott é diferente do proposto por Jung. Para Winnicott (1983), o self é construído na relação com o ambiente e como este acolhe as suas experiências emocionais primárias. A manifestação do self estaria na espontaneidade, na criatividade e na capacidade de estar só.

O psicanalista britânico John Bowlby pesquisou o desenvolvimento infantil, criando a Teoria do Apego. Dessa perspectiva, o cuidado parental teria uma *base psicobiológica*. Ele vai dizer que o ser humano possui uma necessidade *inata* de apego, isto é, da formação de vínculos afetivos essenciais para o desenvolvimento emocional e para a sua sobrevivência. É importante destacar que embora a figura materna frequentemente desempenhe esse papel, o apego pode ser estabelecido com qualquer figura de cuidado (Bowlby, 2002).

Desta forma, Winnicott parte de uma visão mais clínica e de estados que ele considera como transitórios e naturais na maternidade. Para ele, haveria uma *predisposição natural* que depende das circunstâncias emocionais e ambientais da mãe. De forma complementar, Bowlby irá considerar o apego do bebê à mãe como *inato*, mas não afirma que o amor da mãe pelo bebê seja necessariamente instintivo ou invariável. Assim como Winnicott, ele entende o amor materno a partir de múltiplas influências ambientais e emocionais. Além disso, ambos os autores trazem as possibilidades de privação materna e falhas ambientais, que seriam cenários em que o cuidador primário não fornece o acolhimento necessário (Bowlby, 1998; Winnicott, 1983).

Eles reconhecem, portanto, elementos biológicos no vínculo materno, mas suas teorias também apontam para a dimensão relacional e emocional do amor materno e do vínculo mãe-bebê. Já Badinter rompe com a noção de naturalidade, enfatizando o caráter histórico, cultural e político desse sentimento.

Em artigo, Gradvhol e colaboradoras (2014) refletem acerca das diversas formas de maternagem no decorrer do tempo a partir da evolução dos valores e dos diferentes contextos históricos, culturais e familiares. As autoras apontam a diferença entre os conceitos de maternidade e maternagem, sendo o primeiro relacionado à consanguinidade entre mãe e filho e o segundo decorrente do vínculo afetivo advindo da mãe.

Na Idade Média, por exemplo, nas famílias ricas da Corte, a maternagem era exercida pelas chamadas amas de leite, que eram delegadas à tarefa de amamentar e cuidar dos filhos da realeza (Maldonado, 1986). Badinter (1985) expressa a ideia da indiferença materna nessa época, seja por terem filhos apenas por convenção social, seja por se defenderem do risco de verem seus filhos morrerem em uma época de muita vulnerabilidade por conta das doenças e precariedade de cuidados. No caso das amas, havia a sobrecarga pelos cuidados não só dos próprios filhos, mas das crianças da nobreza.

É por volta do século XIX que a maternagem passa a ser mais valorizada, assim como os cuidados exclusivos por parte da mãe (Correia, 1998). No século XX, como um plano de repovoamento no cenário pós-primeira guerra, há uma valorização da maternidade na Europa. Isso fez com que as mulheres se sentissem na obrigação de gestar, pois seriam responsáveis pelo futuro da nação (Gradvholt et al., 2014). Maldonado (1986) fala do cenário da peste negra, em que após grande parte da população ser extinguida, procriar torna-se algo urgente.

Ser mãe e maternar se torna um certo imperativo para a mulher, em que podemos supor que, em séculos passados, engravidar nesses cenários, muitas vezes, não era uma escolha, mas algo feito para cumprir com um “senso comum”. A fecundidade era tida como dádiva e a infertilidade como uma maldição (Maldonado, 1986), e a maternidade e a maneira de exercê-la era, de certa forma, ditada às mulheres. É quando elas se inserem no mercado de trabalho cada vez mais, que passam a emergir novas possibilidades e propósitos para elas.

Em resumo, pode-se entender o amor materno como um fenômeno que não se reduz nem a aspectos biológicos e nem a narrativas moralistas. Reconhecer e compreender o conceito de amor materno como uma articulação entre natureza, psique e cultura permite considerar a maternidade como uma experiência complexa, em que diversos sentimentos e ambivalências podem surgir, na qual a mulher enfrenta desafios emocionais e psíquicos, além de imposições sociais e culturais que podem moldar suas experiências e identidades.

1.3 Influência cultural e transmissão geracional.

Para além de uma visão biológica, deve-se levar em consideração aspectos culturais e geracionais. Jared Diamond, em seu livro *O mundo até ontem: O que podemos aprender com as sociedades tradicionais*, aborda sobre as diversas diferenças culturais no que diz respeito à educação das crianças, a cultura e as formas de parentalidade. Ele problematiza o fato dos modelos dos países ocidentais e industrializados serem as bases da maior parte dos estudos sobre infância.

A amamentação, o parto, o afeto físico e o relacionamento entre os pais e seus filhos são algumas divergências que ele pontua entre sociedades de grande escala e comunidades de cuidados tradicionais. No parto, por exemplo, em uma sociedade do deserto africano, é comum que as mães deem à luz sozinhas, sem nenhuma ajuda (Diamond, 2013). Com isso, o risco de infanticídio é maior, mas é visto que dependendo das circunstâncias, essa prática é aceitável em determinadas

sociedades. Quando uma criança nasce com alguma deficiência pode ser vista como uma sobrecarga, visto que nessas comunidades a escassez de alimento é comum (Diamond, 2013). A morte do marido, pai da criança, também é um motivo para o infanticídio, pois “para uma mãe sozinha, a vida é difícil mesmo nos dias de hoje” (p. 306), o que dirá em uma época e uma sociedade em que o pai é de suma importância para a segurança e subsistência dos filhos.

Embora a mãe seja a figura central, o cuidado é compartilhado nessas comunidades, sendo compreendido como um dever coletivo. Além disso, é comum que as crianças tenham uma vivência mais vulnerável a perigos, brincando com facas, por exemplo, pois se acredita que elas já devam ser preparadas desde cedo para a sobrevivência no ambiente em que vivem.

Portanto, observa-se que as diferenças culturais e ambientais implicam no modo de maternagem, reforçando mais uma vez como o cuidado materno não é algo padronizado. O modo como as mães amamentam, compartilham a criação com a comunidade ou vivenciam o parto decorre de tradições transmitidas geracionalmente.

A transmissão geracional se dá pelo processo na qual conteúdos psíquicos, crenças, valores e mitos são passados entre as gerações, muitas vezes de forma inconsciente, podendo gerar conflitos internos entre o desejo individual do sujeito e o papel social esperado (Alves e Scorsolini, 2021). Isso acontece porque a família é considerada o primeiro ambiente no qual estabelecemos algum tipo de interação e contato com o mundo externo, de modo que os significados transmitidos são capazes de moldar nossos pensamentos, opiniões e comportamentos, influenciando a construção da nossa personalidade. Porém, os legados familiares podem incluir não apenas símbolos e particularidades de uma determinada linhagem, mas também a herança de traumas e outras feridas psíquicas.

Fleck et al (2014), vão dizer como há padrões de comportamento que já estão intrínsecos em nossa cultura e, por conseguinte, em nós. Assim, as autoras também irão abranger como os papéis de gênero são delimitados na sociedade. Para a mulher, estaria delimitado a passividade, o acolhimento e o cuidado com a casa e os filhos.

Entretanto, como visto anteriormente, o mundo passou e segue passando por diversas transformações, sendo necessária uma reconfiguração de ideias. Podemos dizer que nos séculos passados, o casamento e a função da maternidade eram vistos como o destino da mulher desde o nascimento. Na contemporaneidade, isso evolui de certa forma, com novas configurações de

família sendo formadas. Ao serem mães, é normal que as mulheres carreguem consigo os valores aprendidos pelas próprias mães, mas é importante que elas sejam capazes de manter a individualidade, separando os desejos pessoais daqueles que lhes são impostos.

É importante levar em consideração o contexto social que cada pessoa vive. No Brasil, por exemplo, há uma grande diversidade cultural e territorial. Assim como terão mulheres que adiaram a maternidade ou até mesmo escolheram por não terem filhos, terão as que seguirão os passos das próprias mães e avós, optando por serem donas de casa. Em pesquisa, Caixeta e Barbato (2004) entrevistaram mulheres de um programa de alfabetização de adultos. Essas mulheres, consideradas múltiplas por exercerem diversos papéis sociais, evidenciam que o papel de “cuidadeiras”, termo utilizado pelas autoras, é algo transmitido geracionalmente.

Essa herança de papéis e valores culturais também se manifesta nas narrativas de contos e mitos que, ao longo do tempo, nos ajudaram a construir ideais sobre diversos aspectos sociais, incluindo a maternidade. Visintin (2013) discute a importância dos mitos e contos de fadas para a transmissão da moral e das experiências de vida, além de ilustrar algumas expectativas da sociedade.

Encontramos representações da mulher em diversas figuras e de diversas formas. Visintin (2013) usa como exemplo o mito romano de Ceres, que faz qualquer coisa para proteger seus filhos, mesmo que precise causar algum tipo de destruição. Em outra versão desse mesmo mito, ao saber que sua filha foi raptada, ela passa nove dias e nove noites sob sol e chuva deprimida e inconformada. Desta forma, as mães dessas histórias costumam ser dominadas por emoções intensas, sendo amorosas ou destrutivas.

Entretanto, é interessante darmos luz às deusas gregas como Ártemis e Atena que não se tornam mães, assim como as guerreiras Amazonas, conhecidas por sua bravura e habilidades de guerra (Papamichali, 2023), mostrando que nem todas as figuras femininas históricas estão vinculadas à maternidade, havendo diferentes estilos e modelos de feminilidade. As amazonas são caracterizadas de forma contrária ao modelo da sociedade da Grécia Antiga, que era dominada primordialmente por homens. Podem ser descritas como uma das primeiras figuras feministas da história, sendo consideradas guerreiras bárbaras, tendo habilidades consideradas masculinas, como caça e luta. Assim como Atena e Ártemis, deusas gregas virgens da sabedoria estratégica e da caça, respectivamente (Papamichali, 2023).

Assim, há representações do feminino que rompem com o pensamento tradicional de mãe e cuidadora, ainda mais no mundo contemporâneo, em que as lutas sociais estão fortemente presentes. No entanto, muitas mulheres ainda se veem presas a certas expectativas sociais e familiares, o que pode gerar conflitos internos. Court (2022), em sua leitura junguiana da maternidade, afirma que muitas mulheres adoecem emocionalmente ao tentar corresponder a um ideal materno herdado que não dialoga com suas necessidades psíquicas reais. Alinhado a isso, Kaës (2001) discute o conceito de alianças inconscientes intergeracionais, onde os sujeitos se veem comprometidos com ideais familiares herdados, mesmo que estes entrem em conflito com seus desejos conscientes.

CAPÍTULO 2: A PSICOLOGIA ANALÍTICA DE CARL GUSTAV JUNG

2.1 Jung, psique e o processo de individuação

A psicologia analítica de C. G. Jung traz conceitos que fazem com que compreendamos a psique humana e suas nuances e complexidades. Para Jung, a nossa psique se divide em consciência, inconsciente pessoal e inconsciente coletivo. Ele percebeu que, para além da consciência, há um campo de atividade psíquica autônoma que teria relação com a história do indivíduo, o inconsciente pessoal (Jung, 2015). Nessa região, estariam dispostas as experiências individuais que já estiveram no campo da consciência, mas foram reprimidas pelo indivíduo (Jung, 2015).

Jung vai então se diferenciar de seu precursor, Sigmund Freud, criando a hipótese do inconsciente coletivo, uma camada mais profunda da psique em que estariam as vivências de nossos antepassados, conteúdos hereditários e de natureza universal. É no inconsciente coletivo que estão presentes o que chamou de *arquétipos* (Jung, 2015). Os arquétipos são possibilidades de formação de representações, “imagens primordiais” e universais de conteúdo simbólico que influenciam nossos pensamentos, ações e emoções. Trata-se de predisposições inatas que todos possuímos e herdamos, atuando na organização da nossa psique. Conforme Jung (2015):

O arquétipo representa essencialmente um conteúdo inconsciente, o qual se modifica através da conscientização e percepção, assumindo matizes que variam de acordo com a consciência individual na qual se manifesta. (p. 17)

Jung chega à conclusão de que os arquétipos nos fornecem os aspectos básicos da humanidade, que variam de acordo com as vivências de cada um de nós. Portanto, os arquétipos não determinam, mas guiam, criando possibilidades, sendo herdado o arquétipo em si e não as vivências e experiências individuais (Stevens, 2006). Eles se manifestam em representações da cultura, “motivos mitológicos”, que são apresentados nas diferentes épocas e povos com o mesmo significado, mesmo que com diferentes formas (Neumann, 1996).

Erich Neumann explicita que essas imagens se diferem do arquétipo em si, o que constitui um “fator ininteligível” que, ao longo do desenvolvimento da psique de cada um, organiza-se em representações (Neumann, 1996). O efeito do arquétipo é algo dinâmico que se manifesta, de acordo com Neumann (1996), “por processos energéticos no interior da psique” (p. 19). Esse efeito vai surgir tanto em emoções positivas quanto negativas, assim como em sonhos e projeções do sujeito (Neumann, 1996).

Jung ilustra essa ideia por meio de uma analogia entre os arquétipos e a formação de um cristal. Antes mesmo de ser formado, um cristal já existe em nível microscópico como um retículo cristalino que orienta a sua forma seguindo um padrão. Da mesma forma, os arquétipos correspondem a estruturas da psique que são pré-existentes às experiências individuais, que serão organizadas segundo essas predisposições arquetípicas inatas (Jung, 2015).

Tais experiências, que são adquiridas ao longo da vida, podem vir a ser complexos, um conjunto de representações com uma intensa carga emocional e com certa autonomia, não se podendo negar a presença dele (Jung, 2002). Os complexos estão presentes no inconsciente pessoal, mas possuem uma base arquetípica, sendo “atados pela mesma emoção e pelo mesmo núcleo comum de significado (arquétipo)” (Kast, 1996, p. 42), uma manifestação pessoal dessa estrutura universal.

Assim, já nascemos em uma sociedade que possui valores, ideias e costumes que nos serão passados. Aos poucos, ao longo do desenvolvimento, vai sendo formada a nossa consciência subjetiva, que terá importante papel na formação de nossa individualidade.

Para Jung, o principal objetivo do trabalho psicoterapêutico é o processo de individuação, o qual envolve a tomada de consciência dos diversos fatores atuantes no desenvolvimento psíquico do sujeito. O analista busca ajudar o indivíduo a *tornar quem se é*, aceitando e integrando todas as partes de si; isto é, “tornando-se a pessoa que já é potencialmente, mas agora de um modo mais profundo e consciente” (Stein, 2006, p. 158).

Por processo de individuação, entende-se que os aspectos psíquicos inconscientes trazidos à consciência são compreendidos e aceitos. As partes da psique e suas dualidades são integradas e incorporadas. É algo desenvolvido aos poucos, com altos e baixos, com lesões que irão cicatrizar durante o caminho (Kast, 1997). É a realização do “si-mesmo”, o arquétipo que busca a autorregulação da psique a partir da integração da consciência e do inconsciente, sendo uma junção

de opostos que leva à experiência de totalidade. Jung vai dizer que “consciente e inconsciente não se acham necessariamente em oposição, mas se complementam mutuamente, para formar uma totalidade: o si-mesmo”(Jung, 2015, p. 68).

A individuação é um trabalho no qual o eu consciente entra em contato com o que é intrassubjetivo e o que é intersubjetivo, isto é, aquilo que é outro na psique e aquilo que está no mundo externo, respectivamente. A individuação se relaciona com um trabalho de diferenciação, “a especificidade de uma pessoa deve se manifestar, é sua singularidade” (Kast, 1997, p.10) .

Kast também aponta a importância do processo de individuação para um ganho de autonomia. Busca-se um equilíbrio da psique e a capacidade de se relacionar de forma mais saudável e independente. Para isso, deve haver a separação de certas normas sociais impostas no nascimento e dos complexos formados no inconsciente, em especial o materno e o paterno, não nos deixando sermos definidos por esses aspectos (Kast, 1997).

2.2 Arquétipo materno

O arquétipo materno ou da Mãe é um dos principais apresentados na teoria de Jung, sendo atribuído às características do cuidado, da bondade, do que nutre e do que sustenta. Entretanto, é importante lembrar que os arquétipos possuem tanto aspectos positivos quanto negativos, podendo o arquétipo materno também apresentar um lado devorador, associada à possessividade. (Jung, 2002).

Erich Neumann, em seu livro *A Grande Mãe*, mapeia esse arquétipo em mãe bondosa, mãe terrível e a Grande Mãe, sendo essa última uma junção do bem e do mal. Neumann traz como representação da mãe terrível a Górgona, ou Medusa, que na mitologia é uma figura que petrificava o outro apenas com o olhar, sendo a projeção da capacidade destrutiva do arquétipo; e da mãe boa, Sophia, que seria a personificação da sabedoria. A deusa egípcia Ísis seria a figura da Grande Mãe, sendo a deusa da cura e proteção (Neumann, 1996).

Ele vai separar o *Feminino* em dois tipos de caráter: elementar e de transformação. O caráter elementar é mais ligado ao maternal, a um lado mais conservador, estável e primordial. O caráter de transformação seria a psique em sua forma mais dinâmica, de mudança e de movimento, buscando independência (Neumann, 1996).

Essa gama de características opostas revela a complexidade do arquétipo materno. Assim como todos os arquétipos, o equilíbrio dessas polaridades é de suma importância para que o processo de individuação ocorra, gerando entraves quando manifestado de forma unilateral, seja pelo excesso de cuidado, seja pela ausência afetiva. Além disso, Jung vai dizer que o arquétipo não se restringe a mãe em si, mas pode ser projetado em outras figuras familiares, em pessoas que nos relacionamos e até mesmo em instituições, como a Igreja ou o lugar em que nascemos (Jung, 2002).

Neumann descreve em alguns estágios simbólicos o desenvolvimento da psique, tanto feminina quanto masculina. No estágio inicial, a psique ainda é infantil e não-desenvolvida, sendo simbolizada pela imagem do *uroboros*, a serpente que morde a própria cauda (Neumann, 1996). Nesta fase urobórica não há uma indiferenciação dos opostos contidos na psique como positivo e negativo, masculino e feminino, Grande Pai e Grande Mãe.

Portanto, o estágio do *uroboros* seria o momento primordial em que a psique precisa ser cuidada e nutrida para se desenvolver e romper com esse ciclo em que o eu ainda é indiferenciado. A relação do eu com o princípio materno primordial é construída de acordo com a forma que esse estágio inicial é vivenciado (Neumann, 2000). Segundo Neumann (2000), “o relacionamento primal de fato se “origina” na mãe, isto é, é moldado pelo arquétipo da mãe, protótipo psíquico do elemento materno que vive na psique humana” (p. 9).

Posteriormente ocorre a fase matriarcal, em que o eu começa a se desvincular do *uroboros* e ambos os aspectos da Grande Mãe começam a surgir. Assim, nesta fase, o eu consciente da criança começa a se diferenciar do inconsciente, entrando em contato com as polaridades existentes, mãe boa e mãe má, luz e escuridão (Samuels, 1989).

Entra-se, portanto, no estágio do herói, com o eu confrontando o inconsciente e tentando estabelecer autonomia a partir de lutas internas simbólicas até chegar ao estágio final em que, mais amadurecido, busca integrar os opostos, consciência e inconsciente, correspondendo ao processo de individuação. O herói enfrenta monstros e dragões, personificações dos conteúdos inconscientes ainda não integrados, sendo, para Neumann, a figura arquetípica que simboliza o eu em formação, fundamental para o desenvolvimento da consciência (Samuels, 1989).

Assim, o desenvolvimento da psique humana se dá por uma trajetória que vai da fusão indiferenciada até a conquista da individuação, no seu aspecto de diferenciação da personalidade. Observa-se como o arquétipo materno, ao permitir a compreensão dos mitos, suas representações

e os padrões de comportamento, é um dos pontos fundamentais para o desenvolvimento da psique e para a realização do si mesmo, com seus aspectos positivos e negativos, seus perigos e suas possibilidades de integração.

CAPÍTULO 3: A EXPERIÊNCIA MATERNA NA PSIQUE FEMININA

3.1 Efeitos da maternidade na saúde psíquica da mulher

A maternidade é uma experiência multifacetada que afeta profundamente a subjetividade feminina. É um processo não só biológico, mas psíquico e culturalmente mediado, que provoca uma reorganização interna na mulher, podendo ser fonte de crescimento, mas, também, de conflito psíquico. A maternidade é marcada por diversos sentimentos que se alternam e se confundem ao longo da adaptação à nova realidade, desde amor até medo e culpa. Segundo Iaconelli (2005) “todo ciclo gravídico-puerperal é considerado período de risco para o psiquismo devido à intensidade da experiência vivida pela mulher” (Iaconelli, 2005, p. 1).

Donald Winnicott (2000) destacou o conceito de *preocupação materna primária*, um estado que ocorre no período final da gestação e no pós-parto em que há uma regressão da mãe para que ela consiga se identificar com o bebê e satisfazer as necessidades dele. Esse estado é considerado fundamental para que se estabeleça o vínculo mãe-bebê e para que o bebê consiga se desenvolver emocionalmente. Nesse primeiro momento há um estado de dependência absoluta do bebê, fazendo com que ele e a mãe sejam uma espécie de unidade, em que um não vive sem o outro (Winnicott, 2000). A partir disso, Travassos-Rodriguez e Féres-Carneiro (2013) citam outro desafio para a mulher quando se torna mãe, que é a tarefa de conter não só as suas próprias angústias, mas as do bebê também.

Na perspectiva junguiana, a maternidade não se reduz a um papel social, mas também a uma vivência arquetípica, sendo a mulher tomada pelos sentimentos arquetípicos da mãe que, conforme vimos no capítulo anterior, se dá pela nutrição, cuidado e sustentação. Quando a mulher se torna mãe, ela fica sujeita a influência de forças psíquicas profundas que podem despertar tanto aspectos positivos quanto sombrios, gerando sentimentos ambivalentes, como amor e ódio, prazer e culpa (Jung, 2015).

Jung, assim como Winnicott (2000) e Bowlby (2002), enfatiza a importância da figura materna como essencial para o desenvolvimento do bebê, na medida em que o bebê tende a se identificar inconscientemente com a mãe (Jung, 2015). Pressupõe-se que com a formação da consciência do eu da criança, ela consiga se tornar mais independente da mãe, estabelecendo uma relação de confiança com o mundo externo.

Porém, pode ocorrer da mulher se confundir com o arquétipo materno, identificando-se com ele. Isso pode gerar um sentimento de aprisionamento na função da maternagem, o qual a faz interagir com o mundo a partir desse arquétipo, perdendo sua autenticidade e, portanto, podendo adoecer. Jung vai dizer que essa identificação com aspectos inconscientes aponta uma fragilidade da consciência, em que o ego se torna pouco diferenciado (Jung, 2015).

Trazendo essa ideia para aspectos discutidos no mundo contemporâneo, o exercício da maternidade pode levar a transtornos emocionais, como depressão e ansiedade. Tal condição é desencadeada por aspectos emocionais, nível da qualidade de vida e do suporte familiar e social. As transformações nas configurações familiares e as desigualdades que ainda permeiam na sociedade agravam esse cenário. Muitas mulheres enfrentam a maternidade em condições econômicas precárias, sem um parceiro ou uma rede de apoio (Silva, et al., 2025).

Court (2022) aponta, em artigo, sobre uma maternagem adoecida ou *mommy burnout*, um estado de exaustão física, mental e emocional decorrente das altas demandas sofridas pela mulher na realidade de dupla-jornada. Essa sobrecarga pode gerar o sentimento de culpa por não conseguir sentir prazer e felicidade no exercício da maternidade, além de raiva e estresse intensos, que podem ser descontadas nos filhos e no ambiente, alimentando esse ciclo de sofrimento (Court, 2022). Esses sentimentos são, muitas vezes, silenciados pela idealização da maternidade, relacionada com o amor incondicional.

A multiplicidade de papéis, somada a pressão em exercer uma maternidade idealizada leva a uma sobrecarga que impacta diretamente a saúde psíquica. Langaro e Pretto (2015) concluíram que o sofrimento das mulheres teria relação com as vivências do exercício da parentalidade. Essa desigualdade nas responsabilidades cotidianas e a possibilidade de renunciar de certos desejos em função de outro são algumas das causas desse sofrimento.

Esse adoecimento evidencia o atravessamento dos limites individuais da mulher por conta de uma naturalização da sobrecarga materna, negligenciando o cuidado de quem cuida. Iaconelli (2005) ressalta a existência de um tabu cultural acerca da depressão relacionada à maternidade, em que é enxergado por parte da sociedade que ser mãe deveria trazer sentimento de alegria e realização e ao se ver depressiva, a mulher é vista como ingrata.

As mudanças históricas e socioculturais foram de suma importância para que as mulheres conseguissem ascender socialmente, transformando seu papel social na sociedade e para adquirir

seus direitos. Entretanto, por mais que elas tenham conseguido se inserir no ambiente de trabalho, mulheres que são mães vivem uma vida de dupla-jornada, em que possuem o trabalho em casa e o trabalho profissional (Caixeta e Barbato, 2004).

Há um trabalho invisível, pouco reconhecido, que exerce profunda influência sobre a saúde psíquica de milhares de mulheres. Esse trabalho refere-se ao acúmulo de afazeres domésticos, cuidados familiares e a responsabilidade em administrar o funcionamento da rotina da família, além do trabalho fora de casa (Cechinel Reis, et al., 2025). Segundo dados do IBGE, em 2022 as mulheres dedicaram cerca de nove horas a mais por semana do que os homens às tarefas domésticas e aos cuidados de familiares (IBGE, 2023). Embora essa diferença tenha diminuído ao longo dos anos, ela ainda recai de maneira significativamente desigual sobre as mulheres.

A saúde psíquica depende não só do trabalho psicoterapêutico e recursos internos do sujeito, mas também do contexto social em que se está inserido. Em seu estudo, Caixeta e Barbato (2004) entrevistaram mulheres que relataram a exaustão em trabalharem diariamente sem serem valorizadas por isso. O trabalho doméstico era visto como obrigação e nem todas trabalhavam fora de casa, sendo dependentes do marido. Deve-se levar em consideração o contexto e a classe social delas, mas podemos dar luz a como a vida que elas relatam não condiz com o resultado esperado pelas lutas feministas e como a exaustão patológica é uma realidade para muitas mulheres.

Diante dessa análise da amplitude dos diversos impactos possíveis da maternidade sobre a saúde psíquica da mulher, podemos dizer que as transformações afetivas, corporais e comportamentais vividas pela mulher nesse exercício levam a necessidade de reorganizações internas relacionadas a identidade e o modo da mulher se perceber e se relacionar no mundo.

3.2 Maternidade e Processo de Individuação

Para Jung, o inconsciente trabalha como um “complemento” da consciência, sendo uma espécie de “guia”, que revela aspectos que precisam ser integrados para que o indivíduo se torne inteiro. Esse movimento de integração é o que Jung denomina *processo de individuação*, no qual ocorre o reconhecimento da própria sombra, dos complexos e das potencialidades. O processo de individuação envolve a autorregulação na psique e o difícil trabalho de equilíbrio dos opostos no interior da própria psique (Jung, 2015). A maternidade convoca a mulher a enfrentar certos aspectos inconscientes de si mesma, como medos e idealizações.

Maldonado (1986), indo de acordo com o que o psicólogo do desenvolvimento Erik Erikson diz, comprehende que o crescimento nunca cessa, sendo marcado por “crises previsíveis”. A experiência materna seria mais uma possibilidade de reestruturação e reintegração do indivíduo, assim como a adolescência, a primeira menstruação e a menopausa, todas marcadas por transformações metabólicas, mas também, por mudanças simbólicas na identidade.

Segundo Neumann (1996) “Quando ocorre o nascimento e com ele se conclui a transformação da mulher em mãe, põe-se em atividade uma nova constelação arquetípica, a qual remodela a vida da mulher até suas camadas mais profundas” (p.40). A mulher vive a maternidade por meio de uma transformação profunda com ela mesma e na relação com o mundo, principalmente no que diz respeito à identidade, pois à medida que nasce um bebê, nasce uma mãe.

Sob a ótica da psicologia analítica essa vivência pode ser compreendida como parte do processo de individuação, que demanda do sujeito integrar consciente e inconsciente. A maternidade é vivida em várias fases, desde o momento em que a mãe deve dar atenção integral ao bebê, abdicando de certas funções e de sua autonomia, até o momento em que esse bebê cresce. A mãe tem que se transformar novamente nesse momento de separação.

A literatura contemporânea também sinaliza o impacto dessas transformações. Ribeiro (2023) investiga a individuação da mulher no contexto da maternidade. Ela utiliza do mito “Pele de foca, pele de alma”, trazido por Clarissa Pinkola Estés em seu livro *Mulheres que correm com os lobos*, como metáfora para falar do processo de individuação da mulher. Neste mito, Estés (2018) conta a história de uma mulher-foca, que tem sua pele como a representação de algo essencial ligado ao inconsciente. A perda dessa pele simbolizaria rompimento, transições, mudanças e a perda da própria identidade. Recuperar a pele seria recuperar a si própria, com a vida voltando ao fluxo.

Quando a mulher percebe que já não encontra plena realização apenas no exercício da maternagem, ela sente a necessidade de um movimento de interiorização, de busca por novos sentidos. Com a perda gradual de algumas funções maternas, como a amamentação, abre-se a possibilidade de um retorno a si própria, podendo ter um olhar mais atento às próprias necessidades e desejos (Ribeiro, 2023). A libido redireciona-se para a própria alma, permitindo que novos arquétipos sejam constelados e que o consciente resgate conteúdos necessários para o processo de individuação (Ribeiro 2023).

Jung em *A psicologia da transferência* descreve quatro modos de expressão do feminino. Tais modalidades simbolizariam a integração gradativa da psique rumo à individuação. *Eva* representa a mulher em sua função biológica e mais instintiva, em que a mulher é fortemente associada à função reprodutiva. *Helena*, relacionada à Helena de Troia, simboliza a mulher em um nível erótico e romântico, que por mais que ainda esteja em um grau mais sexual já está começando a desenvolver a sua individualidade. *Maria* é a representação do nível mais religioso e espiritual. *Sofia* é a personificação da sabedoria, sendo o estágio mais elevado e difícil de ser alcançado. (Jung, 2011).

Jung vê essas quatro possibilidades de experiência do feminino como etapas simbólicas do processo de individuação, não no sentido cronológico ou determinista, mas como diferentes camadas que podem coexistir dentro da psique. A partir desse exemplo simbólico, podemos ampliar o trabalho da maternidade como um processo profundo de transformação não só biológica, mas também psíquica.

Maternidade e individuação se encontram no ponto em que a mulher precisa rearticular a psique, reconhecendo e simbolizando todos os afetos. Cada uma das etapas da vida são vividas a partir de altos e baixos, não sendo esse processo de individuação algo linear, mas composto por diversos momentos de crises. É uma travessia que nos acompanha ao longo de toda a vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse estudo, investigamos a complexa relação da mulher com a maternidade no contexto contemporâneo, abordando tanto aspectos psíquicos quanto socioculturais à luz da psicologia analítica. Discutimos a maternidade para além de suas funções biológicas, incluindo as transformações psíquicas que ocorrem na mulher, seus simbolismos e os impactos que tais processos exercem sobre sua saúde psíquica.

Através de uma pesquisa bibliográfica foi possível perceber que a maternidade continua sendo um marco na experiência feminina, mas não mais um destino predeterminado, tendo a mulher múltiplos papéis sociais. O questionamento sobre ser ou não ser mãe reflete as diversas escolhas possíveis para a mulher no mundo contemporâneo, evidenciando que a maternidade é moldada por contextos históricos, culturais e familiares.

Pensando isso sob a ótica da psicologia analítica, Jung traz o conceito de arquétipo materno, não limitando a maternidade a algo apenas biológico e a mulher à procriação, revelando essa experiência como um processo transformador e profundamente simbólico. A partir desse olhar, da análise de estudos de psicólogos do desenvolvimento e dos efeitos psíquicos da maternidade aliado ao processo de individuação, pode-se compreender que ser mãe é uma experiência carregada de desafios e transformações internas para mulher.

Essa pesquisa possibilitou reflexões sobre a maternidade e o papel da mulher no mundo, além de ampliar e analisar esse tema a partir da psicologia analítica. Pode-se articular os diversos conceitos trazidos por Jung com os padrões construídos pela cultura e os desafios contemporâneos que moldam a experiência materna e o desenvolvimento psíquico das mulheres. Sugere-se que trabalhos futuros acerca da saúde psíquica e das diversas nuances da identidade feminina sejam feitos integrando perspectivas clínicas com debates sociológicos.

Compreender a maternidade como experiência múltipla, simbólica e historicamente construída permite analisar essa experiência para além de uma idealização, isto é, como um processo complexo, no qual enxergamos a mulher em sua totalidade. A aproximação desse fenômeno com a psicologia analítica tornou possível enxergá-lo de forma mais sensível, profunda e sustentada por um olhar clínico que reconhece a complexidade do sujeito.

REFERÊNCIAS

- Albertuni, P. S., & Stengel, M. (2016). Maternidade e novos modos de vida para a mulher contemporânea. *Psicologia em Revista*, 22(3), 709–728.
- Alves-Silva, J. D., & Scorsolini-Comin, F. (2021). Transmissão transgeracional de padrões conjugais e familiares: Implicações para o cuidado em saúde. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 30(70), 77–92.
- Badinter, E. (1985). *Um amor conquistado: O mito do amor materno*. Nova Fronteira.
- Barbosa, P. Z., & Rocha-Coutinho, M. L. (2007). Maternidade: novas possibilidades, antigas visões. *Psicologia Clínica*, 19(1), 163–185.
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652007000100012
- Bernardes, R., Loures, A. F., & Andrade, B. B. S. (2020). A romantização da maternidade e a culpabilização da mulher. *Revista Mosaico*, 10(2 Sup), 68–75.
<https://doi.org/10.21727/rm.v10i2Sup.1956>
- Bowlby, J. (1998). *Separação: Angústia e raiva* (Vol. 2 de *Apego e perda*, 2^a ed.). Martins Fontes.
- Bowlby, J. (2002). *Apego: A natureza do vínculo* (Vol. 1 de *Apego e perda*, 3^a ed.). Martins Fontes.
- Caixeta, J. E., & Barbato, S. (2004). Identidade feminina: Um conceito complexo. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 14, 211–220.
- Case, T., & Botelho, J. (2001). *Gerenciamento de carreira do executivo brasileiro: Uma ciência exata*. Catho.
- Cechinel Reis, M. P., Souza Bastos, J. A., & Antloga, C. S. (2025). Uma análise sobre trabalho e adoecimento feminino. *Saúde Coletiva*, 15(94), 15341–15348.
<https://doi.org/10.36489/saudecoletiva.2025v15i94p15341-15356>
- Correia, M. J. (1998). Sobre a maternidade. *Análise Psicológica*, 16(3), 365–371.

Court, C. G. (2022). *Mommy burnout: O adoecimento materno na perspectiva junguiana*. Instituto Junguiano de Ensino e Pesquisa. <https://blog.ijep.com.br/mommy-burnout-o-adoecimento-materno-na-perspectiva-junguiana/>

De Siqueira, C. B., & De Azevedo Bussinguer, E. C. (2020). As ondas do feminismo e seu impacto no mercado de trabalho da mulher. *Revista Thesis Juris*, 9(1), 145–166.

Diamond, J. (2013). Educando as crianças. In J. Diamond, *O mundo até ontem: O que podemos aprender com as sociedades tradicionais?* (pp. xx–xx). Record.

Dias, M. T., Ottati, F., & Cunha, F. A. (2023). A percepção de mulheres sobre desigualdade de gênero no mercado de trabalho. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 16(2).

Estés, C. P. (2018). Pele de foca, pele da alma. In C. P. Estés, *Mulheres que correm com os lobos: Mitos e histórias do arquétipo da mulher selvagem* (pp. xx–xx). Rocco.

Fleck, A. C., Falcke, D., & Hackner, I. T. (2014). Crescendo menino ou menina: A transmissão dos papéis de gênero na família. In A. Wagner, *Como se perpetua a família? A transmissão dos modelos familiares* (pp. 107–121). EDIPUCRS.

Gradvohl, S. M. O., Osis, M. J. D., & Makuch, M. Y. (2014). Maternidade e formas de maternagem desde a Idade Média à atualidade. *Pensando Famílias*, 18(1), 55–62.

Harari, Y. N. (2015). *Sapiens: Uma breve história da humanidade*. L&PM.

Iaconelli, V. (2005). Depressão pós-parto, psicose pós-parto e tristeza materna. *Pediatria Moderna*, 41(4), 1–6.

IBGE. (2023). *Em 2022, mulheres dedicaram 9,6 horas por semana a mais do que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas*. Agência de Notícias IBGE. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37621-em-2022-mulheres-dedicaram-9-6-horas-por-semana-a-mais-do-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas>

- Jung, C. G. (2002). *Os arquétipos e o inconsciente coletivo* (2^a ed.). Vozes.
- Jung, C. G. (2011). A psicologia da transferência. In C. G. Jung, *Ab-reação, análise dos sonhos e transferência* (9^a ed.). Vozes.
- Jung, C. G. (2013). *A prática da psicoterapia* (16^a ed.). Vozes.
- Jung, C. G. (2015). *O eu e o inconsciente* (27^a ed.). Vozes.
- Jusbrasil. (2022). *O surgimento e evolução da mulher no mercado de trabalho*.
<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-surgimento-e-evolucao-da-mulher-no-mercado-de-trabalho/1613202490>
- Kaës, R. (2001). *Ligaduras psíquicas: Transmissão intergeracional dos traumas*. Casa do Psicólogo.
- Kast, V. (1996). *A dinâmica dos símbolos: Fundamentos da psicoterapia junguiana*. Edições Loyola.
- Kast, V. (1997). *Pais e filhas, mães e filhos: Caminhos para a autoidentidade a partir dos complexos materno e paterno*. Edições Loyola.
- Langaro, F., & Pretto, Z. (2015). Experiências de parentalidade como fatores geradores de sofrimento em mulheres. *Fractal: Revista de Psicologia*, 27(2), 130–138.
<https://doi.org/10.1590/1984-0292/453>
- Maldonado, M. T. P. (1986). *Psicologia da gravidez* (8^a ed.). Vozes.
- Muniz, D. D., Bacha, F. B., & Pinto, J. M. (2015). Participação feminina no mercado de trabalho. *Revista Científica Eletrônica UNISEB*, 6(6), 82–97.
- Neumann, E. (1996). *A grande mãe* (2^a ed.). Cultrix.
- Neumann, E. (2000). *O medo do feminino e outros ensaios sobre a psicologia feminina*. Paulus.

Papamichali, O. (2023). Amazons: The reality behind their legend. *Feminist Theology*, 32(1), 8–20.

Patias, N. D., & Buaes, C. S. (2012). “Tem que ser uma escolha da mulher!”: Representações de maternidade em mulheres não-mães por opção. *Psicologia & Sociedade*, 24(2), 300–306. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822012000200007>

Ribeiro, A. V. D. M. (2023). Pele de foca, pele da alma: Um olhar sobre a individuação da mulher, a partir da maternidade. *Cadernos Jungianos*, 17, 13–31. <https://doi.org/10.4322/1808-5342.2023.202317121>

Samuels, A. (1989). *Jung e os pós-jungianos*. Imago.

Scavone, L. (2001). A maternidade e o feminismo: Diálogo com as ciências sociais. *Cadernos Pagu*, 137–150.

Silva, J. O., Oliveira, A. P. S. P., Ramos, E. J. O., Azevedo, et al. (2025). Maternal burnout: The impact on mental health of solo motherhood. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*. <https://doi.org/10.51891/rease.v11i10.21092>

Stein, M. (2006). *Jung: O mapa da alma* (5^a ed.). Cultrix.

Stevens, A. (2006). The archetypes. In R. K. Papadopoulos (Ed.), *The handbook of Jungian psychology: Theory, practice and applications*. Routledge.

Szekeres, H., Halperin, E., & Saguy, T. (2023). The mother of violations: Motherhood as the primary expectation of women. *British Journal of Social Psychology*, 62(4), 1875–1896.

Travassos-Rodriguez, F., & Féres-Carneiro, T. (2013). Maternidade tardia e ambivalência: Algumas reflexões. *Tempo Psicanalítico*, 45(1), 111–121. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382013000100008

Visintin, C. (2013). O mito grego e os contos de fadas: Narrativas sobre a maternidade. *Revista de Iniciação Científica da FFC*, 13(3). <https://doi.org/10.36311/1415-8612.2013.v13n3.2997>

Winnicott, D. W. (1983). *O ambiente e os processos de maturação*. Artmed.

Winnicott, D. W. (1999). *Tudo começa em casa*. Martins Fontes.

Winnicott, D. W. (2000). A preocupação materna primária. In D. W. Winnicott, *Da pediatria à psicanálise: Obras escolhidas* (pp. 399–405). Imago.

Winnicott, D. W. (2000). Desenvolvimento emocional primitivo. In D. W. Winnicott, *Da pediatria à psicanálise* (pp. 218–232). Imago.